CLIPPING INTERNET

14/02/2022 ATÉ 14/02/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 CONVÊNIOS
1.1 BLOG CARLOS BARROSO..... 1
2 PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE
2.1 PORTAL DE BALSAS..... 2
2.2 SITE G1 MARANHÃO..... 3

Corregedoria Geral de Justiça e Governo do Estado formalizam acordo para regularização fundiária em Santo Antônio dos Lopes

por Carlos Barroso2/13/2022 09:40:00 PM0 Comentários

A Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) e o Governo do Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Programas Estratégicos (SEPE), formalizaram Termo de Cooperação entre os Poderes Executivo e Judiciário e o município de Santo Antônio dos Lopes, para efetivação do Projeto Minha Terra, dedicado a promover a regularização fundiária urbana no Maranhão, nesta sexta-feira (11).

O secretário de Estado de Programas Estratégicos, Luis Fernando Silva, destacou que o Minha Terra conta com a participação de órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, que atuam no processo de atualização de informações territoriais, indispensáveis à regularização fundiária, política pública que é uma prioridade do Governo Flávio Dino.

“A regularização fundiária é um grande programa de justiça social e possui vários desdobramentos. Além do ganho social, há ganhos no âmbito jurídico, na medida em que regulariza a propriedade e reduz conflitos; ganhos econômicos e institucional, pois vai impactar em um reaparelhamento do município, a legislação terá que se adaptar, assim como a lei de uso e ocupação do solo, o plano diretor e o plano de governo. O Minha Terra ainda capacita o município para melhor governança das suas terras promovendo justiça social e beneficia tanto Santo Antônio dos Lopes, que é uma das cidades mais estratégicas do Maranhão, quanto seu entorno”, afirmou o secretário Luis Fernando.

Já o corregedor-Geral da Justiça e presidente eleito do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten Pereira, ressaltou que a iniciativa também contribui para o desenvolvimento do munícipio. “Com a regularização fundiária o cidadão ganha um ativo econômico muito importante, pode ter acesso ao crédito e pode ingressar no mercado formal produtivo, o que traz um sobrevalor para a arrecadação municipal. A assinatura de hoje dá sequência a esse trabalho que já vem sendo muito bem desenvolvido no Maranhão”.

A juíza Ticiany Gedeon Maciel Palácio, coordenadora do Núcleo de Regularização Fundiária da CGJ-MA, é a responsável pelo monitoramento e fiscalização do termo de cooperação. “Nos comprometemos a apoiar as ações com vistas a montar a equipe de regularização fundiária urbana e rural do município de Santo Antônio dos Lopes e, a partir daí, fazermos o seu primeiro projeto de interesse social”, ressaltou.

O prefeito de Santo Antônio dos Lopes, Emanuel Lima de Oliveira, agradeceu a iniciativa. “O Minha Terra vai garantir uma melhor distribuição de terras para as famílias e vamos avançar bastante na regularização do município”, destacou.

Também participaram da assinatura a secretária adjunta de Biodiversidade, Povos e Comunidades Tradicionais da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Luciene Dias; o presidente do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc), Dionatan Carvalho; o juiz auxiliar e supervisor do Núcleo de Regularização Fundiária da CGJ-MA, Anderson Sobral, o presidente do Instituto de Colonizações de Terras do Estado do Maranhão (Iterma), Júnior Verde, e a chefe da Assessoria de Projetos para Municípios da SEPE,

Fabiana Terra.

Minha Terra

O projeto é resultado de amplo diálogo iniciado pelo Núcleo de Regularização Fundiária Rural e Urbana da CGJ com a SEPE ainda no ano de 2020. O Minha Terra se inspirou em experiências exitosas de cooperação entre os Poderes Executivo e Judiciário para regularização fundiária, a exemplo do que foi desenvolvido no município de São José de Ribamar, em 2018, quando o secretário Luis Fernando ainda era prefeito, e resultou na regularização de mais de 10 mil propriedades, uma iniciativa pioneira no Maranhão na época.

Além da regularização e entrega de títulos, a iniciativa contempla a capacitação de servidores municipais para atuar no projeto e em atividades diversas relativas à governança de terras.

A regularização fundiária constitui uma estratégia fundamental ao desenvolvimento humano, social e econômico do Estado. A regularização traz segurança para a população, que passa a ter direito sobre o imóvel em que vive. Com isso, o proprietário pode investir com a possibilidade, por exemplo, de buscar financiamento junto a instituições bancárias. Além disso, a regularização fundiária legitima o direito de propriedade dos imóveis e promove justiça social, cidadania e melhoria da qualidade de vida da população, aspectos que configuram prioridades para o Governo Flávio Dino.

TJMA realiza a 1ª edição do projeto de Conciliação Itinerante em 2022 no MA

A ação será voltada para cidadãos e cidadãs de Imperatriz e região, desabrigados após as enchentes do Rio Tocantins.
14/02/2022 12h 35min Atualizada em 14/02/2022 12h 48min Por: REDAÇÃO PBN Fonte: Por Assessoria

Foto Reprodução

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) promove, a partir desta segunda-feira (14) até o dia 19 de fevereiro, a 1ª edição de 2022 do projeto Conciliação Itinerante.
A ação será voltada para cidadãos e cidadãs de Imperatriz e região, desabrigados após as enchentes do Rio Tocantins.
O evento acontece em Imperatriz, nesta segunda (14) e terça-feira (15); Governador Edson Lobão (16); Davinópolis (17); Porto Franco (18) e Estreito (19. Durante o projeto, a população poderá resolver questões processuais (com ação judicial em andamento na Justiça) e pré-processuais (sem ação judicial), de forma rápida, simples e gratuita, por meio do diálogo, do acordo, da conciliação.

O projeto Conciliação Itinerante é promovido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu.

DEMANDAS

Na oportunidade, os cidadãos e as cidadãs poderão resolver demandas processuais e pré-processuais, de natureza cível ou de família, tais como: divórcio, pensão alimentícia, coleta de material para exame de DNA, renegociação de dívidas, guarda de filhos, divisão de bens, problemas de vizinhança, acesso a plataformas digitais de conciliação, demandas de saúde (com negativa pelo órgão competente ou após solicitação, aguardando consultas, cirurgias, medicamentos, realização de exames etc.), dentre outras.

Além dessas questões, a população também terá acesso a atendimento médico, atendimento psicológico e assistência social, nos locais.

LOCAIS DE ATENDIMENTO

Imperatriz - 14 e 15/2, das 8h às 17h, na Paróquia Cristo Salvador, localizada na Rua Perimetral Castelo Branco, Parque do Buriti; e no CEJUSC, localizado na FACIMP, no bairro Sanharol;

Governador Edson Lobão – 16/2, das 8h às 17h, na Praça de Eventos - Quadra de esportes, localizada na Rua Imperatriz II, Centro;

Davinópolis – 17/2, das 8h às 17h, no CRAS - Centro de Referência e Assistência Social, localizado na Rua Gonçalves Dias, 355, Centro;

Porto Franco – 18/2, das 8h às 17h, na Loja Maçônica Tiradentes, localizada na Rua Teixeira de Freitas, Centro, ao lado do SAAE;

Estreito – 19/2, das 8h às 17h, no Prédio da Assistência Social, localizado na Rua Bernardo Sabóia, 2, esquina com Artur Azevedo, bairro Planalto II.

MEDIDAS PREVENTIVAS

Durante o evento, todas as medidas preventivas em relação à Covid-19 serão respeitadas, como o uso de álcool em gel e máscaras, além do distanciamento social.

COMO PARTICIPAR

Para participar de uma sessão de conciliação durante o projeto, o cidadão ou cidadã – com ou sem ação judicial em andamento - deve comparecer com documentos pessoais (comprovante de residência, RG, CPF, carteira do SUS, carteira de vacinação, certidão de nascimento – em caso de menor) e comprobatórios da demanda (a depender de cada caso).

A secretária da Coordenação de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, Ana Larissa Serra, informa que as pessoas (partes) que possuírem processos em andamento na comarca e desejaram fazer acordos, basta comparecerem ao local, mesmo sem agendamento, para dialogarem e resolverem a questão da melhor forma possível, por meio da conciliação.

Durante o evento, serão realizadas audiências presenciais e híbridas, ou seja, com uma parte presente e a outra participando por videoconferência, com uso de um celular com câmera, de qualquer lugar do Brasil, até mesmo do exterior.

PLATAFORMA

Durante o projeto, o TJMA também irá oferecer serviços de acesso e orientação de uso da plataforma consumidor.gov.br, que hoje conta com a adesão de mais de 880 empresas, para a solução de conflitos, por meio digital.

MAIS INFORMAÇÕES

Para mais informações: Telejudiciário (98) 3194.5555; 0800-7071581; e-mail conciliar@tjma.jus.br; (98) 3198.4558 (WhatsApp Business).

Fonte: TJMA

Tribunal de Justiça promove Conciliação Itinerante no Maranhão

O evento será destinado a pessoas desabrigadas em Imperatriz e região após as enchentes do Rio Tocantins.
Por g1 MA — São Luís

14/02/2022 07h02

Tribunal de Justiça do Maranhão — Foto: Divulgação/CNJ
Tribunal de Justiça do Maranhão — Foto: Divulgação/CNJ

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) promove nesta semana, a 1ª edição de 2022 do projeto Conciliação Itinerante. A ação será voltada para cidadãos e cidadãs de Imperatriz e região, desabrigados após as enchentes do Rio Tocantins.

O evento acontecerá em Imperatriz, na segunda (14/2) e na terça-feira (15/2); Governador Edson Lobão (16/2); Davinópolis (17/2); Porto Franco (18/2) e Estreito (19/2).

Durante o projeto, a população poderá resolver questões processuais (com ação judicial em andamento na Justiça) e pré-processuais (sem ação judicial), de forma rápida, simples e gratuita, por meio do diálogo, do acordo, da conciliação.

O projeto Conciliação Itinerante é promovido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJ-MA), presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu.